



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil informações sobre o processo de tramitação da Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, que extinguiu o “seguro obrigatório”, o seguro contra Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL** pedido de informações:

- 1) Conforme determina o art. 23, inciso II, do Decreto nº 9.191 de 2017, os Ministérios atingidos pela Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, foram consultados? Quais Ministérios foram consultados sobre a referida Medida Provisória?
- 2) Qual a estimativa de impacto orçamentário e financeiro com a extinção do “seguro obrigatório”, o seguro contra Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT? Quanto o Governo deixará de arrecadar? Quais serão as áreas afetadas por eventual perda de arrecadação?
- 3) Conforme amplamente divulgado, mais de R\$ 2 bilhões do total arrecadado com o seguro DPVAT vão para o SUS. Qual fonte o Governo utilizará para suprir a falta desses recursos?
- 4) Encaminhar cópia integral do processo que deu origem à Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, com as manifestações dos Ministérios consultados e as respectivas avaliações de impacto orçamentário e financeiro.

JUSTIFICATIVA

O Presidente da República, Jair Bolsonaro, encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, cujo texto extingue o “seguro obrigatório”, o seguro contra Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, cobrado dos proprietários de veículos automotores.

A referida extinção possui impacto em diversas áreas do Governo Federal, especialmente na área da saúde, já que estima-se que mais de R\$ 2 bilhões, do montante arrecadado com o seguro DPVAT são dirigidos ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Sem entrar no mérito da medida, é importante que a sociedade tenha pleno conhecimento de como a referida proposta foi construída, o que deve ser feito a partir da divulgação dos estudos e pareceres que demonstrem o impacto orçamentário e financeiro da medida e o que será feito para sanar a possível perda de recursos, especialmente na área da saúde.

Ainda nesse sentido, o Decreto nº 9.191, de 2017, em seu art. 23, inciso II, determina que as áreas afetadas por atos normativos editados pela Presidência da República devem ser previamente consultados sobre o conteúdo do referido ato.

Diante disso, é fundamental que a sociedade tome conhecimento de quais foram as posições dos Ministérios atingidos pela referida Medida Provisória encaminhada ao Congresso Nacional.

São essas as razões que nos levam a formular o presente requerimento.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2019.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP